SOBRE O CONCEITO DE “FUNÇÃO" EM CIÊNCIA SOCIAL [1]

A. R. Radcllffe-Brown

O conceito de "função" aplicado às sociedades humanas baseia-se numa analogia entre a vida social e a vida orgânica. O reconhecimento da analogia e de alguns de seus significados importantes é pelo menos tão antigo quanto Protágoras e Platão. No século dezenove a analogia, o conceito de função e a própria palavra aparecem freqüentemente em Filosofia Social e Sociologia. Que eu saiba, a primeira formulação sistemática do conceito aplicado ao estudo estritamente científico da sociedade foi a de Emile Durkheim em 1895. [2]

A definição de Durkheim é que a "função" de uma instituição social é a correspondência entre ela e as necessidades do organismo social. Essa definição requer algum esclarecimento. Em primeiro lugar, para evitar possível ambigüidade e, em particular, a possibilidade de uma interpretação teleológica, eu gostaria de substituir a palavra "necessidades" pela expressão "condições necessárias de existência", ou, se se usar a palavra "necessidades", deve ser compreendida apenas nesse sentido. Convém notar aqui, como um ponto a que voltaremos, que qualquer tentativa para aplicar esse conceito de função em ciência social envolve a suposição de que há condições necessárias de existência para as sociedades humanas, exatamente como as há para os organismos animais, e que elas podem descobrir-se por meio da espécie adequada de indagação científica.

Para melhor elucidação do conceito é conveniente usar a analogia entre a vida social e a vida orgânica. Como todas as analogias, precisa ela usar-se com cuidado. Um organismo animal é um aglomerado de células e fluídos intersticiais dispostos em relação uns com os outros, não como um agregado, mas sim como um todo integrado. Para o bioquímico, é um sistema complexamente integrado de moléculas complexas. O sistema de relações pelo qual essas unidades se ligam é a estrutura orgânica. Conforme o sentido dado aqui às palavras, o organismo *não* é em si a estrutura; é uma coleção de unidades (células ou moléculas) dispostas numa estrutura, isto é, numa série de relações: o organismo *tem* uma estrutura.

[1] "On the Concept of Function in Social Science", de A. R. Radcliffe-Brown, *American Anthropologist,* V 01. 37 (julho-setembro de 1935), p. 394402. Traduzido por Asdrubal Mendes Gonçalves e publicado aqui com a permissão, gentilmente concedida, do autor e de *The American Anthropologist.*

Dois animais completamente desenvolvidos da mesma espécie e sexo consistem em unidades semelhantes combinadas numa estrutura semelhante. Deve definir-se, assim a estrutura como uma série de relações entre as entidades. (A estrutura de uma célula é, do mesmo modo, uma série de relações entre moléculas complexas, e a estrutura de um átomo é uma série de relações entre elétrons e prótons). Enquanto vive, conserva o organismo certa continuidade de estrutura, embora não conserve a identidade completa de suas partes constituintes. Ele perde algumas de suas moléculas constituintes pela respiração ou excreção; recebe outras pela respiração e absorção alimentar. Com o correr do tempo suas células constituintes não ficam as mesmas, mas a disposição estrutural das unidades constituintes permanece semelhante. Ao processo pelo qual se mantém essa continuidade estrutural do organismo chama-se vida. O processo vital consiste nas atividades e interações das unidades constituintes do organismo, as células, e os órgãos formados pelas células.

Segundo a acepção em que se toma aqui a palavra "função", concebe-se a vida de um organismo como o *funcionamento* de sua estrutura. É através da continuidade do funcionamento e por ela que se preserva a continuidade da estrutura. Se considerarmos qualquer parte recorrente do processo vital, como a respiração, a digestão etc., sua *função* é o papel que ela representa na vida do organismo como um todo, é a contribuição que faz a esta. No sentido dado aqui às palavras, uma célula ou um órgão tem uma *atividade* e essa atividade tem uma *função.* É verdade que falamos comumente da secreção do suco gástrico como sendo uma "função" do estômago. Conforme a acepção em que usamos aqui os termos, deveríamos dizer que essa é uma "atividade" do estômago, cuja função é dar às proteínas do alimento uma forma em que estas são absorvidas e distribuídas pelo sangue aos tecidos. [3] Podemos observar que a função de um processo fisiológico recorrente é assim uma correspondência entre ele e as necessidades (isto é, as condições necessárias de existência) do organismo.

Se empreendermos uma investigação sistemática da natureza dos organismos e da vida orgânica, há três séries de problemas que se nos apresentam. (Há, além disso, certas outras séries de problemas pertinentes aos aspectos ou característicos da vida orgânica os quais não nos interessam aqui). Uma é a da morfologia − quais as espécies de estruturas orgânicas que existem,

---

[2] *Regles de la Méthode Sociologique.*

quais as semelhanças e variações que acusam e como podem ser classificadas? A segunda é constituída pelos problemas de fisiologia − como, em geral, funcionam as estruturas orgânicas, qual é, pois, a natureza do processo vital? A terceira é constituída pelos problemas de desenvolvimento − como vêm a existir novos tipos de organismo?

Passando da vida orgânica para a vida social, se examinarmos uma comunidade tal como uma tribo africana ou australiana, podemos reconhecer a existência de uma estrutura social. Os seres humanos individuais, as unidades essenciais nesse caso, ligam-se por uma série definida de relações sociais num todo integrado. A continuidade da estrutura social, como a da estrutura orgânica, não é destruída pelas mudanças nas unidades. Os indivíduos podem deixar a sociedade, seja por morte, ou de outro modo; outros podem entrar nela. A continuidade da estrutura mantém-se pelo processo da vida social, que consiste nas atividades e interações dos seres humanos individuais e dos grupos organizados, em que eles se unem. A vida social da comunidade define-se aqui como o *funcionamento* da estrutura social. A *função* de uma atividade recorrente, como a punição de um crime ou uma cerimônia funérea, é o papel que ela representa na vida social como um todo e, portanto, a contribuição que faz à manutenção da continuidade estrutural.

O conceito de função tal como se define aqui envolve, assim, a noção de uma *estrutura* que consiste numa *série de relações* entre *entidades unitárias,* sendo mantida a *continuidade* da estrutura por um *processo vital* formado pelas *atividades* das unidades constituintes.

Se, com esses conceitos em mente, empreendermos uma investigação sistemática da natureza da sociedade humana e da vida social, veremos que se nos apresentam três séries de problemas. Primeiro, os problemas de morfologia social − quais as espécies de estruturas sociais que existem, quais são suas semelhanças e diferenças, como devem ser elas classificadas? Segundo, os problemas de fisiologia social − como funcionam as estruturas sociais? Terceiro, os problemas de desenvolvimento − como vêm a existir novos tipos de estrutura social?

Devem notar-se dois pontos importantes em que se rompe a analogia entre o organismo e a sociedade. Num organismo animal é possível observar a estrutura orgânica independentemente, em grande parte, de seu funcionamento. É, pois,

---

[3] Se insisto na forma precisa da terminologia é apenas por cansa da analogia que deve ser tirada. Não faço nenhuma objeção no emprego do termo função em fisiologia para denotar a atividade de um órgão e os resultados dessa atividade na manutenção da vida.

possível fazer uma morfologia independente da fisiologia. Mas na sociedade humana, a estrutura social como um todo só pode ser *observada* no seu funcionamento. Algumas das feições da estrutura social, como a distribuição geográfica de indivíduos e grupos podem ser diretamente observadas, mas a maior parte das relações sociais, que constituem em sua totalidade a estrutura, como as relações de pai e filho, comprador e vendedor, governante e governado, não podem ser observadas a não ser nas atividades sociais em que as relações estão funcionando. Segue-se que uma morfologia social não pode ser estabelecida independentemente de uma fisiologia social.

O segundo ponto é que um organismo animal não muda, no curso de sua vida, o seu tipo estrutural. Um porco não se toma um hipopótamo. (O desenvolvimento do animal desde a germinação até a maturidade não é uma mudança de tipo, uma vez que o processo em todos os seus estádios é típico para a espécie). Ao contrário, uma sociedade no curso de sua história, pode mudar e muda o seu tipo estrutural sem qualquer quebra de continuidade.

Pela definição aqui oferecida, "função" é a contribuição que uma atividade parcial faz à atividade total de que participa. A função de determinado uso social é a contribuição que ele faz à vida social total como o funcionamento do sistema social total. Esse ponto de vista implica que um sistema social (a estrutura social total de uma sociedade juntamente com a totalidade dos usos sociais, em que aparece essa estrutura e de que ela depende para a sua existência continuada) tem uma certa espécie de unidade, a que podemos chamar unidade funcional. Podemos defini-la como sendo uma condição em que todas as partes do sistema social operam juntas com um grau suficiente de harmonia ou coerência interna, isto é, sem produzir conflitos persistentes que não possam ser nem resolvidos nem regulados. [4]

Essa idéia da unidade funcional de um sistema social é, está claro, uma hipótese. Mas é uma hipótese que parece ao funcionalista valha a pena verificar pelo exame sistemático dos fatos.

Há um outro aspecto da teoria funcional que deve ser brevemente mencionado. Para volver à analogia da vida social e da vida orgânica, reconhecemos que um organismo pode funcionar mais ou menos eficientemente e assim estabelecemos uma ciência especial da Patologia para cuidar de todos os fenômenos de disfunção. Distinguimos num organismo o a que chamamos saúde e doença. Os gregos do século V a.C. pensavam que se podia aplicar a mesma

[4] A oposição, isto é, o antagonismo organizado e regulado, é, está claro, um aspecto essencial de todos os sistemas sociais.

noção à sociedade, à cidade-estado, distinguindo condições de *eunomia* isto é, ordem, saúde social, da *dysnomia,* isto é, desordem, doença social. [5] No século XIX, Durkheim, na sua aplicação da idéia de função, procurou lançar as bases de uma patologia social científica, baseada numa morfologia e numa fisiologia. Nas suas obras, particularmente naquelas sobre o suicídio e sobre a divisão do trabalho, ele tentou firmar critérios objetivos pelos quais julgar se dada sociedade em determinada época é normal ou patológica, eunômica ou dysnômica. Por exemplo, ele procurou mostrar que o aumento da taxa de suicídio em muitos países durante parto do século XIX é um sintoma de condição social dysnômica ou, para empregar a sua terminologia, anômica. Não há, provavelmente, nenhum sociólogo que sustente ter Durkheim realmente conseguido estabelecer base objetiva para uma ciência da patologia social. [6]

Em relação com as estruturas orgânicas, podemos achar critérios estritamente objetivos pelos quais distinguir a doença da saúde, o patológico do normal, porque a doença é aquilo que ou ameaça o organismo com a morte (a dissolução de sua estrutura) ou interfere nas atividades que são características do tipo orgânico. As sociedades não morrem no mesmo sentido em que morrem os animais e não podemos, portanto, definir a disnomia como sendo o que conduz, quando não controlado, à morte de uma sociedade. Além disso, uma sociedade difere de um organismo por isso que ela pode mudar seu tipo estrutural, ou pode ser absorvida como parte integrada de uma sociedade maior. Portanto, não podemos definir a disnomia como sendo uma perturbação das atividades usuais de um tipo social (como procurou Durkheim fazê-Io).

Retornemos por um momento aos gregos. Eles concebiam a saúde de um organismo e a eunomia de uma sociedade como sendo em cada caso uma condição de cooperação harmoniosa de suas partes. [7] Ora, isso no que concerne à sociedade, é a mesma coisa que o que acima consideramos como a unidade funcional ou a coerência íntima de um sistema social, e sugeriu-se que, para o grau da unidade funcional de determinada sociedade, será talvez possível estabelecer um critério puramente objetivo. Admite-se que isso não se possa fazer presentemente; mas a ciência da sociedade humana está ainda na sua extrema

---

[5] Durkheim empregou, para o que chamamos aqui *disnomia*, o termo anomia *(anomie,* em francês) que é, a meu ver, inadequado. A saúde e a doença, eunomia e disnomia, são termos essencialmente relativos.

[6] Eu concordaria pessoalmente, quanto ao principal, com as críticas feitas por Roger Lacombe *(La Méthode Sociologique de Durkheim.* 1926, Capo IV) à teoria geral da patologia social de Durkheim e com as críticas formuladas por Halbwachs *(Les Causes du Suicide)* às idéias, de Durkbeim sobre o suicídio.

infância. Talvez, pois, pudéssemos dizer que, enquanto que um organismo atacado por uma doença virulenta reagirá e, se falha a sua reação, morrerá, uma sociedade que é lançada numa condição de desunidade ou incongruência funcional (porque identificamos isso, agora, provisoriamente, com a disnomia) não morrerá, a não ser em casos relativamente raros como o de uma tribo australiana esmagada pela força destrutiva do homem branco, mas continuará a lutar por alguma espécie de eunomia, alguma modalidade de saúde social, e pode, no curso dessa luta, alterar o seu tipo estrutural. O "funcionalista" tem, ao que parece, amplas oportunidades de observar esse processo, nos dias presentes, nos povos nativos sujeitos ao domínio das nações civilizadas, e nessas próprias nações. [8]

A falta de espaço não nos permitirá debater aqui um outro aspecto da teoria funcional, isto é, se a mudança de tipo social depende ou não da função, isto é, das leis de fisiologia social. A minha opinião é que existe tal dependência e que se pode estudar-lhe a natureza no desenvolvimento das instituições legais e políticas, dos sistemas econômicos e das religiões da Europa através dos últimos vinte e cinco séculos. Para as sociedades pré-letradas que são objeto da Antropologia, não é possível estudar os detalhes dos longos processos de mudanças de tipo. A única espécie de mudança que pode o antropólogo observar é a desintegração de estruturas sociais. Mesmo aqui, entretanto, podemos observar e comparar movimentos espontâneos tendentes à reintegração. Temos, por exemplo, na África, na Oceania e na América o aparecimento de novas religiões que podem ser interpretadas, à base de uma hipótese funcional, como tentativas para aliviar uma condição de disnomia social produzida pela rápida modificação da vida social acarretada pelo contato com a civilização branca.

O conceito de função acima definido constitui uma "hipótese de trabalho" pela qual se formula certo número de problemas para investigação. Nenhuma indagação científica é possível sem essa formulação de hipóteses de trabalho. São aqui necessárias duas observações. Uma é que a hipótese não exige a assertiva dogmática de que tudo na vida de todas as comunidades tem uma função. Exige apenas a suposição de que *pode* ter uma, e que se justifica o procurarmos descobri-la. A segunda é que o que parece constituir o mesmo uso social em duas

---

[7] Vide, por exemplo, o Quarto Livro da *República de Platão.*

[8] Para evitar mal-entendidos é talvez necessário observar que essa distinção entre condições sociais eunômicas e dysnômicas não nos dá qualquer avaliação dessas sociedades como "boas" ou "más". Uma tribo selvagem que pratica a poligamia, o canibalismo e a feitiçaria pode talvez acusar maior grau de unidade ou congruência funcional que os Estados Unidos de 1935. Esse Juízo objetivo, porque deve ser tal para ser científico, é algo muito diferente de qualquer juízo quanto a qual dos dois sistemas sociais é o melhor, aquele mais suscetível de ser desejado ou aprovado.

sociedades pode ter funções diferentes nas duas. Assim, a prática do celibato na Igreja Católica Romana de nossos dias tem funções muito diferentes das do celibato na igreja cristã dos primeiros tempos. Por outras palavras, a fim de definir um uso social, e portanto a fim de tornar válidas as comparações entre os usos de diferentes povos ou períodos, é necessário considerar não apenas a forma do uso mas também a sua função. Nessa base, por 'exemplo, a crença num Ser Supremo numa sociedade simples é coisa diferente dessa mesma crença numa comunidade civilizada moderna.

A aceitação da hipótese ou ponto de vista funcional acima esboçado resulta no reconhecimento de vasto número de problemas para a solução dos quais são necessários amplos estudos comparativos de sociedades de muitos tipos diversos e também estudos intensivos do maior número possível de sociedades singulares. Nos estudos "de campo" dos povos mais simples leva ela, antes de tudo, a um estudo direto da vida social da comunidade como funcionamento de uma estrutura social, e disso há vários exemplos na literatura recente. Desde que a função de uma atividade social deve encontrar-se examinando-se-lhe os efeitos sobre os indivíduos, são aqueles estudados, quer no indivíduo médio, quer tanto nos indivíduos médios como nos excepcionais. Ademais, a hipótese leva a tentativas para investigar diretamente a congruência ou unidade funcional de um sistema social e para determinar na medida do possível, em cada caso, a natureza dessa unidade. Esses estudos "de campo" serão evidentemente diferentes, em muitos pontos, dos estudos levados a efeito sob outros pontos de vista, por exemplo, o ponto de vista etnológico que acentua a difusão. Não nos cabe dizer se um ponto de vista é melhor que outro, mas sim que são diferentes, e qualquer parcela de trabalho devia ser julgada com relação ao que visa fazer.

Se o ponto de vista aqui esboçado for tomado como uma forma de "funcionalismo", posso permitir-me fazer algumas observações sobre o artigo do Dr. Lesser. Ele se refere a uma diferença de "conteúdo" na antropologia funcional e não funcional. Sob o ponto de vista aqui apresentado, o "conteúdo" ou matéria-objeto da antropologia social é a vida social total de um povo em todos os seus aspectos. Por conveniência de trabalho é muitas vezes necessário dedicar atenção especial a alguma parte ou aspecto determinado da vida social, mas, se o funcionalismo significa alguma coisa, é a tentativa para ver a vida social de um povo como um todo, como uma unidade funcional.

O Dr. Lesser fala do funcionalista como acentuando "os aspectos psicológicos da cultura". Presumo que ele se refira, aqui, ao fato de reconhecer o

funcionalista que os usos de uma sociedade só operam ou "funcionam" através de seus efeitos na vida, isto é, nos pensamentos, sentimentos e ações dos indivíduos.

O ponto de vista "funcionalista" aqui apresentado implica, portanto, que temos de investigar tão completamente quanto possível todos os aspectos da vida social, considerando-os em relação uns com os outros, e que uma parte essencial da tarefa é a investigação do indivíduo e do modo como ele é moldado pela vida social ou a ela se ajusta.

Passando do conteúdo para o método, parece o Dr. Lesser achar algum conflito entre o ponto de vista funcional e o histórico, o que lembra as tentativas anteriormente feitas para enxergar um conflito entre a Sociologia e a História. Não precisa haver conflito, mas há uma diferença.

Não há, e não pode haver, nenhum conflito entre a hipótese funcional e o ponto de vista segundo o qual toda cultura, todo sistema social, é o resultado final de uma série sui-generis de acidentes históricos. O processo de desenvolvimento do cavalo de corridas desde o seu ancestral de cinco artelhos foi uma série *sui-generis* de acidentes históricos. Isso não está em conflito com o ponto de vista do fisiólogo de que o cavalo de nossos dias e todas as formas anteriores se conformam ou se conformaram com as leis fisiológicas, isto é, com as condições necessárias da existência orgânica. A paleontologia e a fisiologia não estão em conflito. Uma "explicação" do cavalo de corridas tem de encontrar-se na sua história - como veio a ser exatamente o que é e onde está. Outra "explicação" inteiramente independente é mostrar como o cavalo é uma exemplificação especial de leis fisiológicas. De modo semelhante, uma "explicação" de um sistema social será a sua história, onde a conhecemos − o relato pormenorizado de como veio a ser o que é e onde está. Outra "explicação" do mesmo sistema se obtém mostrando (como procura o funcionalista fazê-lo) que é uma exemplificação especial das leis da fisiologia social ou do funcionamento social. As duas espécies de explicação não estão em conflito, mas sim se completam. [9]

A hipótese funcional está em conflito com dois pontos de vista sustentados por alguns etnólogos, e são provavelmente estes, mantidos como o são muitas vezes sem formulação precisa, que são a causa do antagonismo contra aquela maneira de abordar o problema. Um é a teoria de cultura da "colcha de retalhos",

[9] Não vejo razão alguma por que não devessem as duas espécies de estudo - o histórico e o funcional - ser levadas a efeito lado a lado em perfeita harmonia. De fato, ensinei ambos durante quatorze anos - o estudo histórico e geográfico dos povos sob o nome de Etnologia, estreitamente associado com a Arqueologia, e o estudo funcional dos sistemas sociais sob o nome de Antropologia

designação essa tirada de uma frase do Professor Lowie [10] em que ele fala dessa "salada confusa e sem plano, essa colcha de retalhos chamada civilização". A concentração da atenção no a que chamam a difusão dos traços culturais tende a produzir uma concepção da cultura como sendo uma coleção de entidades disparatadas (os chamados traços) reunidas por puro acidente histórico e tendo apenas relações acidentais umas com as outras. A concepção é raramente formulada e mantida com qualquer precisão, mas, como um ponto de vista semi-inconsciente parece controlar o pensamento de muitos etnólogos. Está, é claro, em conflito direto com a hipótese da unidade funcional dos sistemas sociais.

O segando ponto de vista que está em conflito direto com a hipótese funcional é aquele de que não há as tais leis sociológicas significativas que o funcionalista está procurando descobrir. Sei que dois ou três etnólogos dizem que abraçam esse ponto de vista, mas foi-me impossível saber o que querem dizer, ou em que espécie de provas (racionais ou empíricas) baseariam esse argumento. São de duas espécies as generalizações acerca de qualquer espécie de matéria-objeto: as generalizações da opinião comum e as generalizações que foram verificadas ou demonstradas por um exame sistemático das provas fornecidas por observações precisas feitas sistemàticamente. As generalizações desta última espécie chamam-se leis científicas. Aqueles que sustentam não haver leis da sociedade humana não podem sustentar que não há generalizações acerca da sociedade humana, porque eles próprios sustentam essas generalizações e mesmo fazem outras por conta própria. Devem eles, pois, sustentar que, no campo dos fenômenos sociais, em contraposição aos fenômenos físicos e biológicos, qualquer tentativa visando a verificação sistemática das generalizações existentes ou tendente à descoberta e verificação de novas, é, por alguma razão não explicada, vã, ou, como diz o Dr. Radin, "é pedir a lua". Argumentar contra tal afirmação é inútil ou deveras impossível.

Extraído de: PIERSON, Donald. 1970. *Estudos de organização social – Tomo II: leituras de sociologia e antropologia social*. São Paulo: Martins. p. 220-230.

Social. Penso que há muitas desvantagens em misturar as duas matérias e confundi-Ias. Vide "The Methods of Ethnology and Social Anthropology" *(South African Journal 0f Science,* 1923, pp. 124-47).

[10] *Primitive Society,* 441. Uma exposição concisa desse ponto de vista é a seguinte passagem de "The Concept of the Guurdian Spirit in North America", da Dra. Ruth Benedict *(Memoirs, American Anthropological Association,* 29, 1923), página 84: "Constitui, na medida em que podemos ver, um fato último da natureza humana edificar o homem a sua cultura com elementos disparatados, combinando-os e os recombinando, e até que tenhamos abandonado a superstição de que o resultado é um organismo funcionalmente interrelacionado, seremos incapazes de ver nossa vida cultural objetivamente, ou controlar-lhe as manifestações" Penso que provavelmente, nos nossos dias, nem o Professor Lowie nem a Dra. Benedict manterão essa opinião da natureza da cultura.